

EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Diretores e Associados do
EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA
Florianópolis – SC

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras do **EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA** (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, sujeito aos efeitos dos itens (a) e (b) dos assuntos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade **EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000 - R1) e Entidades sem Finalidade de Lucro (NBC ITG 2002/15-R1).

Base para opinião com ressalvas

- a) Conforme nota explicativa nº 07 a Entidade mantém registrado em seu ativo imobilizado terreno recebido através de doação no valor de R\$1,00. No entanto, a Entidade obtém receita de aluguel junto a terceiros sobre 278.245 m², no qual, não há segregação para o grupo de Propriedades para investimento, bem como, o reconhecimento pelo seu valor justo conforme previsto na Seção 16 - Propriedade para Investimento do CPC PME (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas. Em decorrência desse assunto, não nos foi possível mensurar os efeitos do valor justo de todas as propriedades para investimento ao final deste exercício.
- b) Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade possui registrado o valor de R\$1.783.23 a título de imobilizado. Nossos procedimentos de auditoria detectaram divergências entre o relatório auxiliar controle patrimonial e o saldo contábil no montante de R\$439.033, para as quais a Administração da Entidade não dispõe de conciliações ou documentações suportes que nos permitam concluir sobre as diferenças, bem como sobre possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Organização, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

. Ênfase

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da entidade. Por conseguinte, destacamos o assunto divulgado nas notas explicativas nº 01 e nº 19, que informam acerca do andamento de processos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) junto a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, órgão do Ministério da Educação. A Certificação CEBAS é um dos documentos exigidos pela Receita Federal, para que a entidade sem fins lucrativos usufrua de isenções de contribuições para a seguridade social, tal como o não recolhimento da parte patronal da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, entre outras. Ressaltamos que a última renovação teve sua validade expirada em 31 de dezembro de 2020, para os exercícios de 2021 e 2022, encontram-se em análise os pedidos de renovação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

. Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 comparativas

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentadas comparativamente, foram auditadas por outros auditores independente, no qual emitiram relatório sem modificação em 28 de junho de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000 - R1) e Entidades sem Finalidade de Lucro (NBC ITG 2002/15-R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis (SC), 11 de abril de 2023.


MURILO CÉSAR KLEIN
Contador CRC (SC) nº 030755/O-5

EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM
(Em Reais)

ATIVO	Nota	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.465.491	1.764.151
Impostos a Recuperar	5	3.446	3.446
Adiantamentos	6	335.954	252.357
Total do Ativo Circulante		<u>1.804.890</u>	<u>2.019.954</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	7	1.783.232	1.411.607
Total do Ativo Não Circulante		<u>1.783.232</u>	<u>1.411.607</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>3.588.122</u>	<u>3.431.561</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM
 (Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE			
Projetos e Convênios Aprovados	8	661.779	840.647
Fornecedores	9	12.942	6.278
Obrigações Sociais	10	527.054	611.488
Obrigações Tributárias	11	43.478	37.799
Total do Passivo Circulante		<u>1.245.252</u>	<u>1.496.213</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		2.342.869	1.935.348
Total do Patrimônio Líquido	12	<u>2.342.869</u>	<u>1.935.348</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>3.588.122</u>	<u>3.431.561</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ENCERRADO EM
 (Em Reais)

	Nota	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita	13	7.518.028	6.295.928
Receitas sem Restrição		3.262.023	3.323.560
Receitas de Doações		767.082	1.469.308
Receitas de Demais Receitas		48.199	276.466
Receitas de Aluguéis de Imóveis		2.241.262	1.577.786
Receitas de Eventos		205.480	-
Receitas com Restrição		4.256.005	2.972.367
Receitas de Assistência Social		200.400	200.400
Receitas de Educação		3.438.324	2.771.967
Receitas de Fundos de Infância e Adolescência		61.591	-
Receitas de Incentivo a Cultura - Lei Rouanet		473.657	-
Receitas de Emenda Parlamentar		82.033	-
Despesas	14	(7.186.861)	(5.354.360)
Despesas de Assistência Social		(387.549)	(375.884)
Despesas de Educação		(6.180.153)	(4.978.476)
Despesas de Fundos da Infância e Adolescência		(61.855)	-
Despesas de Incentivo a Cultura - Lei Rouanet		(473.657)	-
Despesas com Eventos		(83.647)	-
Resultado Financeiro	15	76.355	18.071
Receitas Financeiras		89.564	27.264
Despesas Financeiras		(13.209)	(9.193)
Superávit/(Déficit) Líquido do Exercício		<u>407.522</u>	<u>959.639</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA**MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM**

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2020	1.215.389	(239.680)	975.709
Absorção do Superávit do Exercício	(239.680)	239.680	-
Superávit do Exercício	-	959.639	959.639
Em 31 de dezembro de 2021	975.709	959.639	1.935.347
Absorção do Superávit do Exercício	959.639	(959.639)	-
Superávit do Exercício	-	407.522	407.522
Em 31 de dezembro de 2022	1.935.346	407.522	2.342.869

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTES ENCERRADOS EM
(Em Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Superávit do Exercício	407.522	959.639
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	<u>407.522</u>	<u>959.639</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ENCERRADOS EM
MÉTODO INDIRETO

(Em Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) Líquido do Exercício	407.522	959.639
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	175.565	99.924
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais		
Impostos a Recuperar	-	(3.446)
Adiantamentos	(83.597)	(225.530)
Projetos e Convênios Aprovados	(178.868)	475.058
Fornecedores	6.663	1.651
Obrigações Sociais	(84.435)	566.903
Obrigações Tributárias	5.679	27.132
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>248.529</u>	<u>1.901.331</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativos Imobilizados	(547.190)	(815.562)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	<u>(547.190)</u>	<u>(815.562)</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(298.661)</u>	<u>1.085.769</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.764.151	678.382
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	1.465.491	1.764.151

“As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras”.

EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022** (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

O **EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA** é pessoa jurídica de direito privado de fins não econômicos, de caráter assistencial e filantrópico. Foi constituído em 12 de dezembro de 1986. A instituição tem por finalidade atender crianças no período escolar e no contraturno, podendo ser Semi-internato ou Internato, quando necessário, em São José. Participar de programas oficiais, sociais, culturais, educacionais, ambientais e esportivos. Pleiteando dos poderes públicos meios financeiros e medidas que beneficiem a instituição.

Em 12 de dezembro de 1936, foi formada em Santa Catarina, a Federação de Assistência aos Lázaros, com a presença do Governador do Estado Sr. Nereu de Oliveira Ramos e a Presidente da Federação de Assistência aos Lázaros, Sra. Eunice Weaver. Com a evolução da ciência e da medicina a doença passou a ter cura, o que permitiu que o tratamento fosse mais ágil. Com essa mudança a instituição passou a dar aulas às crianças que se encontram em situação mais vulnerável e com maior risco social.

O **EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA** no dia 30 de julho de 2015 recebeu o título, através da publicação no Diário Oficial a concessão do CEBAS - Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social. O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS da entidade encontra-se em fase de análise no Ministério da Educação, conforme processos nº 23000035814201806, protocolo efetuado em 01/11/2018 e nº 23000031567202085, protocolo efetuado em 11/12/2020.

O processo anterior, de nº 23000024857201939, efetuado em 12/12/2017, foi deferido para o período de 01/01/2018 até 31/12/2020, conforme Portaria nº 416 de 2 de fevereiro de 2022, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – Ministério da Educação, renovando o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), publicada no Diário Oficial da União Edição: 24, Seção: 1, Página: 55, de 03 de fevereiro de 2022.

Conforme a Lei Complementar nº. 187/2021 e Decreto nº. 8.242/2014 a entidade é certificada pelo Ministério da Educação, tendo em vista que sua área preponderante de atuação é a educação.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000 R1) e Entidades sem Finalidade de Lucro (NBC ITG 2002/15 – R1), aprovada pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.3 Instrumentos Financeiros

A entidade classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

- a) Caixa e equivalentes de caixa; e,
- b) Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, não sujeitas a riscos significativos de mudanças.

3.5 Imobilizado

A Entidade deprecia o ativo imobilizado pelo método linear durante a vida útil estimada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.6 Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros são anualmente revistos para se identificar evidências de perdas por falta de recuperabilidade ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda estimada, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.7 Fornecedores

A conta de fornecedores é o resultado das obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação ou direito, presente ou não formalizado (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; É provável que uma saída ou entrada de recursos seja necessária para liquidar a obrigação ou direito; E o valor foi estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9 Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

As receitas de subvenções e de doações, quando não condicionadas especificamente a eventos futuros, são registradas por ocasião do efetivo recebimento dos recursos.

3.11 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- b) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da entidade.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	1.500	1.500
Banco Conta Movimento	10.457	247.852
Aplicações Financeiras (i)	1.453.533	1.514.799
Total	1.465.491	1.764.151

(i) As aplicações financeiras são corrigidas entre 90% e 97% do CDI em 2022 (90% a 97% do CDI em 2021), estando disponíveis para a Entidade no curtíssimo prazo.

NOTA 05 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
INSS a Compensar - Pedido de Restituição PerdComp	3.446	3.446
Total	3.446	3.446

NOTA 06 - ADIANTAMENTOS

	2022	2021
Adiantamentos a Fornecedores	7.538	5.827
Adiantamentos de Férias (a)	318.462	231.139
Adiantamentos de Salário	9.954	15.392
Total	335.954	252.357

(a) A entidade, no mês de dezembro, faz o pagamento das férias de todos os funcionários que, por conta do calendário escolar, durante o mês de janeiro não estão trabalhando. No retorno das férias é feita a compensação com a conta de férias a pagar no passivo.

NOTA 07 – IMOBILIZADO

	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Total
Taxas de Depreciação	0%	4%	10%	10%	20%	
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	1	895.317	428.734	165.775	178.425	1.668.251
Depreciação Acumulada	-	(352.720)	(319.792)	(121.345)	(178.425)	(972.282)
Valor líquido contábil	1	542.597	108.942	44.430	-	695.969
Adições	-	287.633	499.521	28.407	-	815.562
Baixas	-	-	-	(33.156)	-	(33.156)
Depreciação	-	(38.898)	(48.775)	(12.251)	-	(99.924)
Baixas Depreciação	-	-	-	33.156	-	33.156
Valor líquido contábil	1	791.332	559.688	60.587	-	1.411.607
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	1	1.182.950	928.255	161.027	178.425	2.450.657
Depreciação Acumulada	-	(391.618)	(368.567)	(100.440)	(178.425)	(1.039.050)
Valor líquido contábil	1	791.332	559.688	60.587	-	1.411.607
Adições	-	344.048	144.463	58.678	-	547.190
Depreciação	-	(55.061)	(102.757)	(17.747)	-	(175.565)
Valor líquido contábil	1	1.080.319	601.394	101.518	-	1.783.232
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	1	1.526.998	1.072.718	219.705	178.425	2.997.847
Depreciação Acumulada	-	(446.679)	(471.324)	(118.187)	(178.425)	(1.214.615)
Valor líquido contábil	1	1.080.319	601.394	101.518	-	1.783.232

NOTA 08 – PROJETOS E CONVÊNIOS APROVADOS

	2022	2021
Emenda Parlamentar – Estadual (a)	82.034	150.000
Lei de Incentivo à Cultura - Projeto - Ano 2 (b)	579.745	690.647
Total	661.780	840.647

(a) O saldo na conta Emenda Parlamentar – Estadual refere-se ao recebimento através do Termo de Fomento para Reforma, Ampliação ou Manutenção do Educandário. Os recursos estão na C/C n. 9166-9 no Banco do Brasil. Cabe salientar que no dia 16/12/2022 foi depositado nesta conta um valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) equivocadamente pela Assembleia Legislativa, pois trata-se de uma doação para o evento Assado de Cordeiro, o valor foi transferido para a C/C 100563-4 no dia 09/02/2023.

(b) O saldo na conta da Lei de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet refere-se ao recebimento do Ministério da Cultura, PRONAC 193562, Projeto Transformando Realidades, que será dado continuidade no próximo exercício. Os recursos estão na conta de aplicação n. 63504-9 no Banco do Brasil.

NOTA 09 - FORNECEDORES

	2022	2021
Dominik Com e Industria	-	2.880
AEMFLO/CDL	2.149	3.399
Dedetizadora R e M LTDA	2.149	-
Marcio Moreira de Souza Filho	8.645	-
Total	12.943	6.279

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2022	2021
Férias a pagar	464.638	331.926
Salário a pagar	-	222.507
FGTS a Recolher	39.765	31.678
INSS a Recolher	22.651	25.378
Total	527.054	611.488

NOTA 11- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2022	2021
IRRF a Recolher	43.355	37.324
ISS Retido a Recolher	70	403
CRF a Recolher	43	73
IRRF Retido a Recolher	10	-
Total	43.478	37.799

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávit ou déficit apurado anualmente.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Patrimônio Social	1.935.347	975.709
Superavit do Exercício	407.522	959.639
Total	2.342.869	1.935.348

NOTA 13 – RECEITAS COM RESTRIÇÃO

	<u>2.022</u>	<u>2.021</u>
Receitas sem Restrição	3.262.023	3.323.560
Receitas de Doações (a)	767.082	1.469.308
Receitas de Demais Receitas	48.199	276.466
Receitas de Aluguéis de Imóveis (b)	2.241.262	1.577.786
Receitas com Eventos	205.480	-
Receitas com Restrição	4.256.005	2.972.367
Receitas de Assistência Social (c)	200.400	200.400
Receitas de Educação (d)	3.438.324	2.771.967
Receitas de FIA (e)	61.591	-
Receitas de Lei Rouanet (f)	473.657	-
Receitas de Emenda Parlamentar (g)	82.033	-
Receita	7.518.028	6.295.927

(a) No grupo Doações, destacamos a doação do Rotary Clube para a reforma da Biblioteca, no total de R\$ 175.560.

(b) A No grupo Demais Receitas, destacamos os alugueis de imóveis dos contratos de locação das quadras esportivas, com Arena São José Ltda - CNPJ: 24.666.227/0001-39 e do terreno do supermercado, com o Atacadão S.A. - CNPJ: 75.315.333/0001-05.

(c) Investidos em sua totalidade na área de assistência social, temos: recursos recebidos da Prefeitura Municipal de São José.

(d) Investidos em sua totalidade na área de Educação, temos: recursos recebidos da Prefeitura Municipal de São José, recursos recebidos da Prefeitura Municipal de São José para Merenda Escolar, recursos recebidos do SESI – Serviço Social da Industria, recursos recebidos da Justiça Federal e Justiça do Trabalho.

(e) Recursos na execução do Projeto Assistência de Saúde Multidisciplinar, FIA – Fundo da Infância e Adolescência, recebimento da Assistência Social de São José.

(f) Recursos na execução do Projeto Transformando Realidades, Lei de Incentivo a Cultura – Lei Rouanet, recebimento do Ministério da Cultura, PRONAC 193562, que será dado continuidade no próximo exercício.

(g) Recursos na execução da Reforma da Casa dos Colibris, Emenda Parlamentar, recebimento através do Termo de Fomento da Assembleia Estadual, que será dado continuidade no próximo exercício.

NOTA 14 - DESPESAS

O EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA não distribui lucros, dividendos ou vantagens de qualquer natureza aos seus administradores e associados, sendo que os recursos gerados pela atividade e as subvenções recebidas são integralmente aplicados na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, em conformidade com o seu Estatuto Social.

	<u>2.022</u>	<u>2.021</u>
Despesas de Educação	<u>(6.180.154)</u>	<u>(4.978.476)</u>
Despesas com Pessoal	(4.791.501)	(3.933.764)
Despesas com Prestadores de Serviços	(89.742)	(73.154)
Despesas com Taxas e Impostos	(28.293)	(22.591)
Despesas com Manutenção e Conservação de Imóveis	(208.992)	(170.251)
Despesas com Alimentação	(311.723)	(153.107)
Despesas com Material Pedagógico	(171.339)	(193.195)
Despesas Gerais	(578.564)	(432.414)
Despesas de Assistência Social	<u>(387.549)</u>	<u>(375.884)</u>
Despesas com Pessoal	(300.119)	(297.000)
Despesas com Prestadores de Serviços	(5.555)	(5.523)
Despesas com Taxas e Impostos	(1.784)	(1.706)
Despesas Gerais	(80.091)	(71.655)
Despesas de FIA	<u>(61.855)</u>	<u>-</u>
Despesas com Pessoal	(50.955)	-
Despesas com Prestadores de Serviços	(10.900)	-
Despesas de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet	<u>(473.656)</u>	<u>-</u>
Despesas com Pessoal	(55.405)	-
Despesas com Material Pedagógico	(199.560)	-
Despesas com Prestadores de Serviços	(179.515)	-
Despesas Gerais	(39.176)	-
Despesas de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet	<u>(83.647)</u>	<u>-</u>
Despesas Assado de Cordeiro	(66.394)	-
Despesas Educandário Fest	(9.611)	-
Despesas Festa Julina	(7.642)	-
Despesas	<u>(7.186.861)</u>	<u>(5.354.360)</u>

NOTA 15 – RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas Financeiras	89.564	27.264
Rendimentos de Aplicações Financeiras	89.224	26.573
Descontos Financeiros Obtidos	339	691
Despesas Financeiras	(13.209)	(9.193)
Juros de Mora	(2.747)	(1.449)
Despesas Bancárias	(8.903)	(6.912)
Tarifas Carnês Amigo Contribuinte	(333)	(755)
Tarifa Cartão de Crédito	(1.226)	(78)
Resultado Financeiro	76.355	18.071

NOTA 16 - SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Em 2022 o Educandário Santa Catarina contou com serviço voluntário, caso fosse cobrado seria no total de R\$ 168.560 (R\$ 145.800 em 2021), conforme dispõe o item 19 da NBC TG 2002 - R1.

Os valores foram reconhecidos com base nos salários de mercado, em 70%, e conforme horas trabalhadas e dedicadas a instituição. A Receita foi reconhecida como Mão de Obra e a Despesa como Diretoria Voluntária.

NOTA 17 - RENÚNCIA FISCAL

Em conformidade com o item 27 (c) da NBC ITG 2002/15-R1, evidencia-se as obrigações fiscais que a Entidade teria caso não possuísse o benefício da renúncia fiscal.

A Entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob a forma jurídica de associação, nos termos previstos no Código Civil Brasileiro – Lei Federal nº 10.406/2002. Sendo isenta do Imposto de Renda sobre o Lucro, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e da COFINS, por ser constituída como associação civil e prestar exclusivamente os serviços para os quais foi constituída, sem fins lucrativos.

NOTA 18 - GRATUIDADE

A instituição oferece 100% do seu serviço sobre a forma de gratuidade para 509 (quinhentos e nove) crianças. Destas, 409 (quatrocentos e nove) possuem idade entre onze meses e seis anos frequentando período integral na Educação Infantil, as demais crianças, totalizando 100 (cem), possuem idade entre seis e doze anos, frequentando o contraturno escolar, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

NOTA 19 – ISENÇÃO COTA PATRONAL INSS, TERCEIROS E RAT

A instituição mantém 115 colaboradores contratados para o desenvolvimento das necessidades sociais e tem imunidade da cota patronal do INSS, dos terceiros e do RAT concedida por possuir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, reconhecido pelo Ministério da Educação, conforme quadro abaixo:

2022	SAL. CONTRIBUIÇÃO	PATRONAL	TERCEIROS	RAT	TOTAL
Janeiro	317.265	63.453	18.401	6.345	88.200
Fevereiro	278.154	55.631	16.133	5.563	77.327
Março	293.546	58.709	17.026	5.871	81.606
Abril	294.837	58.967	17.101	5.897	81.965
Maió	323.111	64.622	18.740	6.462	89.825
Junho	321.311	64.262	18.636	6.426	89.324
Julho	333.249	66.650	19.328	6.665	92.643
Agosto	339.824	67.965	19.710	6.796	94.471
Setembro	345.106	69.021	20.016	6.902	95.940
Outubro	345.277	69.055	20.026	6.906	95.987
Novembro	342.920	68.584	19.889	6.858	95.332
Dezembro	334.081	66.816	19.377	6.682	92.875
13º Salário	309.801	61.960	17.968	6.196	86.125
Total:	4.178.481	835.696	242.352	83.570	1.161.618

NOTA 20 – CONTINGÊNCIAS

A Entidade não possui ações judiciais de natureza administrativa, cível, trabalhista ou tributária envolvendo riscos de perda classificados por sua assessoria jurídica como perda provável e/ou possíveis.

NOTA 21 - SEGUROS

A Entidade mantém a política de cobrir com seguros seus principais ativos imobilizados e estoques, considerando a sua natureza e o grau de risco relacionado (informação não auditada). A administração entende que os seguros contratados em 31 de dezembro de 2022 são suficientes, considerando a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

NATUREZA	APÓLICE	VIGENCIA	COBERTURAS
Veículo LOGAN	25.22.0531.002172.000	11/01/2022 a 11/01/2023	Valor de Mercado Referenciado
			100% da Tabela FIPE
			R\$ 100.000 RCFV Danos Materiais e Morais
			R\$ 10.000 Estéticos, Invalidez P, Morte Acidental
Veículo DUCATO	0531.16.9182784	30/06/2022 a 30/06/2023	Valor de Mercado Referenciado
			100% da Tabela FIPE
			R\$ 100.000 RCFV Danos Materiais e Morais
			R\$ 20.000 Estéticos
			R\$ 10.000 Invalidez Permanente, Morte Acidental

NATUREZA	APÓLICE	VIGENCIA	COBERTURAS
Imóveis e Conteúdos	1.008.424.000.073	09/09/2022 a 09/09/2023	R\$ 7.500.000 Incêndio, Raio, Explosão, Fumaça
			R\$ 100.000 Perda ou Pagto de Aluguel a Terceiros
			R\$ 300.000 Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado
			R\$ 150.000 Responsabilidade Civil
			R\$ 30.000 Roubo, Furtos
Vida em Grupo - Colaboradores	9300102564	30/03/2022 a 30/03/2023	R\$ 27.432,50 – Morte Natural e Acidental e Invalidez Permanente

Marly Ziliotto Gomes
CPF: 220.667.139-53
Presidente

Camila Fonseca Koch Harger
CPF: 062.915.329-99
CRC/SC 033311/O-2
Contadora

Mario Cesar Peres
CPF: 018.145.329-00
Tesoureiro